



**OFICINA DE PARENTALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA  
COMUNICAÇÃO EFETIVA NAS RELAÇÕES FAMILIARES: RELATO DE  
EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR**

**Ana Maria Bragança de Paula**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

**Arthur André Vilela Pereira de Paula**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

**Bruno Henrique da Silva Sousa**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

**Julia Cristina Moraes**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

**Jeberson Moreira da Silva**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

**Luciana Maria da Silva**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

**Mateus Pessoa Reis**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

**Maria Laura Soares Melo**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

**Thaiane da Silva Mendes**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

**Tiffany Damasceno de Paula Garcêz**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

**RESUMO**

A comunicação afetiva dentro do ambiente familiar se estabelece como formas estruturantes para o desenvolvimento saudável nas relações interpessoais, assim como exerce também um papel organizador essencial no desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes. Historicamente, na conjuntura brasileira, os direitos da infância percorreram importantes transformações e, com o advento da Constituição Federal de 1988, abriu portas para que houvesse diálogos sobre questões ligadas à proteção, o que possibilitou a posterior edificação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse documento jurídico, determina e resguarda esse público-alvo como detentor de direitos, uma vez que tais indivíduos eram marginalizados na sociedade, principalmente em razão das ausências de leis específicas e fragilidades democráticas existentes no Brasil, país marcado pela naturalização da violência contra esse grupo etário. Sabe-se que os períodos colonial e imperial foram marcados pela



## I CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

mortalidade e pelo abandono infantil e, de modo similar, no período republicano oligárquico, caracterizado pela preponderância de políticas paternalistas e segregacionistas. Já no período militar, as crianças e os adolescentes eram continuamente reprimidos, estereotipados com o termo ‘menor’, sem que suas necessidades específicas fossem atendidas, supridas e respeitadas. Contrário a esse cenário, o ECA coloca a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, com proteção e garantias específicas. Tal documento assegura o direito à vida, a proteção e à convivência familiar e comunitária, compreendida como espaço essencial para o exercício da escuta, do afeto e da orientação e, em seu artigo 4º, ressalta que é dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público garantir esses direitos ao público infantojuvenil. Nesse contexto, em 2014 surgiram, através da Recomendação 050/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as Oficinas de Parentalidade (OP). Foi proposta como uma política pública de resolução de conflitos familiares e representa uma ação psicoeducativa em saúde, direito e cidadania, que tem o intuito de promover competências parentais e práticas de cuidado baseadas na escuta qualificada, validação dos sentimentos e melhorias na comunicação no atendimento de famílias, que tenham filhos menores de idade, em processo de divórcio e/ou dissolução da conjugalidade. Na cidade de Uberaba/MG a OP é realizada desde 2014 na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) como um programa de extensão universitária, em parceria com o Ministério Público, com a Vara da Infância e Juventude e com o CEJUSC da Comarca de Uberaba-MG. Seu objetivo principal é auxiliar as famílias no enfrentamento e entendimento sobre o que acontece com as crianças e adolescentes após a separação dos pais, com vistas a construírem uma coparentalidade assertiva e prevenir danos psicoemocionais aos filhos menores de idade. Além dessa atuação, o programa se estende a outras esferas, como a educacional sob um viés pedagógico, em ações voltadas ao ambiente escolar, com discussões de temas abordados no programa. Um desses temas é a Comunicação Não Violenta (CNV), um método criado pelo psicólogo Marshall Rosenberg que propõe resolução pacífica de conflitos e construção de relacionamentos mais saudáveis através de mudanças na maneira de se comunicar. Pequenas alterações no tipo de diálogo, em que todas as partes se sintam ouvidas e valorizadas, promovem cooperação, ao invés de imposições ou confrontos. A CNV pode ser trabalhada de diferentes formas e em diferentes contextos, com vistas a proporcionar benefícios para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, tanto no âmbito familiar, quanto escolar. Ao aprimorar a capacidade comunicacional, criativa, vincular e protecional, a CNV promove melhoria nas relações interpessoais e ajuda a atingir os objetivos da OP em contribuir para a efetivação do Artigo 17, Capítulo II, do ECA, que assegura o respeito à criança e ao adolescente em todos os âmbitos. Assim sendo, com o intuito de integrar ações interdisciplinares de extensão universitária, tomando por base os conceitos da CNV com comunicação eficaz e escuta ativa, no dia 26 de abril de 2025 a equipe do programa OP, composta por alunos de graduação da UFTM e a coordenadora, realizou uma intervenção em uma escola municipal da cidade de Uberaba/MG no evento intitulado “Dia da Família”, a convite da direção da escola. Foi um evento voltado para as famílias, com apresentações de música, ginástica artística e ballet, aplicações de vacinas, aferição de sinais vitais e glicemia, oferta de diversas opções de oficinas, desde artesanato até atividades relacionadas a oportunidades profissionais e oficinas nutricionais. Também havia distribuição de lanches saudáveis, bazar de roupas e sorteio de brindes. A equipe da OP realizou uma oficina de intervenção cujo objetivo foi trabalhar a reflexão sobre os impactos da comunicação interpessoal na dinâmica familiar, utilizando-se de recursos lúdicos e interativos. A dinâmica foi desenvolvida em uma sala de aula, com mesas organizadas para pequenos grupos. A proposta consistiu em um exercício de comunicação desenvolvido em duplas formadas por uma criança e um familiar responsável. Um dos integrantes da dupla recebia uma imagem com formas abstratas e geométricas e tinha a missão de descrevê-la para outro membro da família (emissor), e este, sem ter contato visual com o desenho, tentava reproduzi-lo apenas com base nas instruções verbais (receptor). Em seguida, invertiam as posições entre emissor e receptor da mensagem e repetiam a



# I CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

atividade. A dupla tinha o tempo livre para realizar a tarefa e, após concluírem a dinâmica, era feita a comparação entre os desenhos originais e os resultados das produções comunicadas. Ato conseguinte, foi promovida uma conversa com as duplas sobre o sentido da ação, elucidando a proposta da dinâmica e sua correlação com a escuta ativa, a comunicação não violenta e a consequência de uma interação mais saudável no contexto das relações familiares, especialmente no trato com as crianças e com os adolescentes. Ao final da ação foi percebido que a comunicação entre algumas duplas familiares tinha sido mais efetiva, levando a explicação calma e cuidadosa de desenhos geométrico, inclusive para um campo além do racional, utilizando-se da imaginação e de cenários vivenciados anteriormente pela dupla, o que ocasionou em um desempenho melhor do esperado por eles com relação ao resultado da dinâmica. Entretanto, também foi observado que, em alguns casos, os emissores não tiveram paciência de se limitar a instruções verbais e mostraram os traços dos desenhos com a mão, demonstrando certa impaciência em propor instruções verbais corretas para o entendimento do receptor. Todas as interações observadas ensinam sobre as dinâmicas familiares, suas potências e dificuldades, além de alertarem e as famílias para ouvir uns aos outros, independente da situação. A experiência foi bem acolhida pelos participantes, que demonstraram envolvimento e interesse ao longo da atividade. Os responsáveis puderam vivenciar os desafios e potencialidades da escuta e da comunicação nas interações cotidianas. As crianças conseguiram expressar sua indignação quando o desenho não saiu como elas haviam instruído e, pensaram em como poderiam melhorar sua comunicação com seus familiares. Ao longo de toda a oficina, foi dada ênfase em como a comunicação sobre situações complexas e difíceis, feita em uma linguagem simples, compatível com a idade da criança, pode trazer menos ansiedade e desconforto. Isto possibilita que a criança se sinta incluída e respeitada no ambiente familiar, e os adultos podem refletir sobre a necessidade de tornar a comunicação com as crianças mais clara, respeitosa e empática e como a falta disso pode gerar problemas muito mais complexos do que erros em um desenho. Um dos depoimentos mais significativos foi de um pai de menino de 8 anos, que destacou que, na sua infância, não havia espaço para diálogo e que isso contribuiu para que ele sofresse situações de violência e bullying no ambiente escolar e, a dinâmica realizada com o filho pode ajudar a romper padrões de comunicação autoritária e promover ambientes escolares e familiares mais acolhedores. O relato deste pai resumiu e evidenciou o potencial que ações realizadas pela equipe das OP têm no contexto educacional, uma vez que atuou diretamente na promoção de relações familiares, com foco no fortalecimento da comunicação entre pais, mães, responsáveis e seus filhos, na quebra de ciclos de violência e redução da negligência que comprometem o pleno desenvolvimento infantojuvenil. Tais ações ajudam a promover e garantir os direitos preconizados pelo ECA. Também proporcionou reforçar o papel da escola como espaço de cuidado integral e de construção coletiva do bem comum e interlocução com a família, compreendida como um instrumento de regulação social que articula diferentes interesses e promove justiça social por meio de ações educativas equitativas. É essencial destacar também que a ação realizada em uma instituição pública de ensino, frequentemente alvo de estigmas associando comunidade escolar a famílias disfuncionais, auxiliou na desconstrução de juízos preconcebidos na equipe de alunos do programa OP. Nesse contexto, conclui-se que ações provenientes do programa OP podem atuar como uma forma de correção e mediação comunicacional familiar, ajudando a promover os direitos infantojuvenis, aliados às necessidades concretas das famílias. Ademais, mostrou-se uma estratégia efetiva para sensibilizar os cuidadores quanto à importância da escuta ativa e do diálogo claro e não violento com as crianças. A atividade lúdica favoreceu a reflexão e o engajamento dos participantes de forma leve e contribuiu para o fortalecimento dos vínculos familiares. Recomenda-se a continuidade e ampliação de ações desse tipo em escolas e espaços comunitários, como reforço da articulação entre universidade, comunidade em seu território e políticas públicas. Ao serem acolhidos, ouvidos atentamente, com respeito, não violência e incentivados a se expressar livremente, os indivíduos sentem que seus direitos são



## I CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

garantidos, favorecendo um melhor desenvolvimento socioemocional, especialmente no ambiente familiar e escolar. Por fim, destaca-se a relevância de programas como a OP, atuando como dispositivos de promoção de direitos humanos, proteção integral e cultura de paz.

**Palavras-chave:** Oficinas de Parentalidade. Comunicação Não Violenta. Família.

**Órgão Financiador:** ProExt/Pibex.